

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

Obreiros do meio do mundo: trabalho e solidariedade no bojo da urbanização macapaense (1944-1964)

SIDNEY LOBATO*

O século XX foi profundamente marcante para a história do Brasil. Nele, os processos de industrialização e urbanização alteraram o modo de vida da maioria dos brasileiros. Depois da Segunda Guerra Mundial, estes processos ganharam um ritmo muito mais acelerado do que tinham na *belle époque*. Esta aceleração gerou em muitos a sensação de que nosso país estava por um triz de se tornar uma nação plenamente moderna. Tal entusiasmo foi alentado pela pregação nacionalista do governo federal e pela cascata de bens de consumo que se insinuavam através do rádio, do cinema, das revistas, dos jornais impressos, das prateleiras e vitrines das lojas. Com o realinhamento das forças internacionais no início da Guerra Fria, a França — e, sobretudo, Paris — deixara de representar o mais elevado grau de civilização, para ceder lugar ao *American way of life* (MELLO e NOVAIS, 1998: 560-561).

As cada vez mais dramáticas tensões em torno da concentração fundiária no Nordeste e alhures favoreceram a formação de um grande movimento migratório rumo aos centros urbanos, onde novas oportunidades de trabalho surgiam. Numericamente, a população urbana deu um salto. A taxa anual de crescimento das cidades brasileiras chegou a 6,31% na década de 1950, caindo nas décadas seguintes. Cresciam também os contrastes da vida urbana. E o principal contraste é aquele entre moradores pobres e ricos. As comodidades da vida urbana, em grande medida, eram privilégios destes últimos. No pós-guerra, surgiram na cidade de São Paulo loteamentos periféricos desprovidos da mínima infraestrutura urbana. Aí também se formaram as primeiras favelas em terrenos públicos localizados próximo ao centro (ROLIM, 2006: 182). Na capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, entre o final da década de 1930 e o início da seguinte, a industrialização, a ampliação do emprego público e dos benefícios sociais do Estado ensejaram o início do período de crescimento mais acelerado de sua história contemporânea (FISCHER, 2006: 432-433). Os contrastes sociais desta cidade não eram menos alarmantes do que os de São Paulo: dos 94 mil prédios construídos na capital

* Professor de História da Amazônia, na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). É Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). É também Presidente da Seção Amapá da Associação Nacional de História (ANPUH-AP).

da República entre 1940 e 1949, 24 mil eram barracos. Percorrendo as ruas desta cidade, dois jornalistas da revista *Manchete* registraram que “a trinta metros da Praça Mauá nos sentimos tão distantes da Cidade Maravilhosa como se nos encontrássemos nas lonjuras do Amazonas” (ROLIM, 2006: 183).

Em meado do século passado, a Amazônia despontava no imaginário e no discurso autorizado de intelectuais e políticos dos centros hegemônicos do Brasil como um lugar distante não só no espaço. Segundo esta percepção, este naco do território nacional e sua população estavam muito aquém na escala que historicamente media o grau de civilização dos povos. Talvez o primeiro impacto que este estudo cause no seu leitor seja o de demonstrar que, na foz do rio Amazonas, entre 1944 e 1964, viviam-se dramas relativos à urbanização parecidos, em muitos aspectos, com aqueles experimentados no Sudeste. A “sociedade em movimento” de meado do século XX — as volumosas ondas migratórias que saíram principalmente Nordeste — não dirigiu seu fluxo apenas para as áreas onde a industrialização era mais pulsante. E devemos lembrar que, nos últimos duzentos anos, o comércio e a indústria não foram os únicos indutores de processos de urbanização. Nas franjas do mundo modernizado, em diferentes momentos históricos, o Estado tem aparecido como o principal indutor destes processos — o que dizer de Brasília, por exemplo?

A planificação das ações ligadas ao incremento populacional e à valorização econômica dos sertões estava inserida num processo mais amplo de modernização do Estado brasileiro. Uma crescente racionalização do Estado teve início em 1930. Nas palavras dos representantes do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP): “impunha-se, em última análise, racionalizar os serviços públicos, mas racionalizá-los no mais amplo sentido, desde a aplicação de normas e métodos científicos, na sua organização, até o amparo social aos servidores” (SCHWARTZMAN, s/d: 46-47). A criação de secretarias, departamentos e autarquias governamentais prefiguravam a expansão da ação estatal sobre diversos setores da sociedade brasileira. A montagem da tecnoestrutura burocrática para intervir nestes setores indicava o abandono do modelo liberal de Estado. Este modelo parecia representar a errônea opção por “paliativos de efeitos protelatórios”. A atuação das agências estatais implicava na planificação dos passos a serem dados. E o planejamento econômico pareceu ainda mais necessário devido os impactos da grande crise de 1929 (D’ARAÚJO, 1992: 43).

Utilizando recursos obtidos através dos Acordos de Washington para a chamada Batalha da Borracha, o governo federal promoveu uma grande onda migratória de nordestinos para a planície amazônica (LENHARO, 1986: 60-61). Através deste tipo de controle do fluxo populacional, os planejadores do Estado objetivavam mudar o histórico perfil de ocupação do território brasileiro (CABREIRA, 1996). O direcionamento das correntes migratórias pelo governo corrigiria os problemas que o povoamento espontâneo havia criado. Problemas como a grande concentração populacional na faixa litorânea, que contrastava com a população rarefeita dos imensos sertões. Áreas de fronteira contestadas durante longo tempo preocupavam ainda mais o governo federal. Era o caso do Território Federal do Amapá, cujas terras foram disputadas (diplomática e militarmente) por franceses e brasileiros no curso de décadas e décadas. Para o governo, a definitiva incorporação nacional de áreas como o Amapá seria resultado do trabalho de fazer coincidir a fronteira econômica com a fronteira política (NUNES, 1950: 29).

A criação do Território Federal do Amapá (em 13 de setembro de 1943) e a instalação nele do governo territorial (em 25 de janeiro de 1944) eram apresentadas como marcos inaugurais de um novo e auspicioso tempo na história dos habitantes da Guiana Brasileira.¹ O primeiro governador do Amapá Janary Gentil Nunes tentou a todo custo difundir entre os amapaenses uma narrativa histórica na qual a sua posse simbolizava o fim de um período de pessimismo, abandono, caos, atraso, doenças, analfabetismo, superstição, pobreza e invisibilidade. Iniciava agora um luminoso momento de otimismo, patriotismo, progresso em todos os aspectos socioeconômicos (Governo do Território Federal do Amapá

¹ Após longo processo de debates políticos, o governo federal decidiu criar os territórios federais de Rio Branco, Guaporé, Ponta-Porã, Iguaçú e do Amapá. Publicada em 13 de setembro de 1943, esta decisão se apoiava na constituição de 1937, que definia os territórios como áreas diretamente administradas pelo governo federal (Art. 4 e 6). Mas, antes mesmo 1937, várias propostas de redivisão territorial do Brasil já haviam sido feitas. Logo após a Independência do Brasil iniciaram as discussões sobre este tema. Nos primeiros anos do Período Republicano, a possibilidade do aparecimento de um poder central forte sucumbiu diante do fortalecimento da autonomia administrativa dos estados e do arranjo político que garantiu a concentração de poder nas elites de Minas Gerais e São Paulo. Este quadro intimidava qualquer iniciativa de subtrair das unidades federadas parte de suas terras. A velha divisão — que tinha suas origens nas capitânicas hereditárias e nas bandeiras — passou a ser muito criticada nas décadas de 1930 e 1940 do século XX. Propostas então surgiram para fortalecer a ideia de que a boa gestão dos recursos e do território dependia do aparecimento de novas unidades político-administrativas. O alvo principal das críticas eram os estados considerados demasiadamente grandes e quase despovoados: Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiás. Para Océlio de Medeiros, a desproporção de tamanho territorial entre os estados e a total autonomia destes para administrar espaços às vezes muito vastos prejudicava o equilíbrio da nação. Remediar este desequilíbrio seria tarefa legítima da União (MEDEIROS, 1944). O influente pesquisador Everardo Backheuser defendia uma “equipotência dos Estados” — algo como um tamanho equivalente de território, população e riquezas (ver: FREITAS, 1941: 533-554; e VIANA, 1940: 372-406).

[doravante: GTFA], 1952: 1). Fotografias de obras e serviços povoam os relatórios de governo e as páginas do jornal (governamental) *Amapá*, fazendo ecoar a mensagem de que havia algo a ser reconhecido pelos autóctones. Em abril de 1945, quando esteve na capital federal, o governador do Amapá apresentou ao presidente Vargas e ao então Ministro da Guerra, General Dutra, um álbum de fotos nas quais figurava “o estado de abandono em que encontrou aquela região ao assumir o cargo” e as realizações do seu governo (GTFA, 1945:1).

Em janeiro de 1944, Janary podia perceber, sem grandes dificuldades, os inúmeros obstáculos que teria que enfrentar para efetivar suas intenções. Logo que chegou, procurou tomar conhecimento das condições de vida dos amapaenses. Pouco depois, ele relataria: “foram meses de pesquisa e de consulta, em que um reduzido número de auxiliares labutou comigo da manhã à noite” (NUNES, 1946: 5). Esta equipe de auxiliares era assim composta: Raul Montero Valdez (Secretário Geral); Pedro Borges (Diretor da Divisão de Saúde); Arthur Miranda Bastos (Diretor da Divisão de Produção); Hildegardo Nunes (Diretor da Divisão de Obras); Otávio Mendonça (Diretor da Divisão de Educação e Cultura); e Humberto Pinheiro de Vasconcelos (Diretor da Divisão de Segurança e Guarda). Compunham também esta equipe os chefes de serviços diversos² e os prefeitos dos municípios do Território. Na escolha de seus assessores e demais funcionários, era comum Janary privilegiar a familiaridade, a orientação política e a competência técnica. O governador convidara para trabalhar no Amapá, entre outros, aqueles que ele conhecera no Exército ou que faziam parte de seu círculo de relações pessoais. Janary procurou atrair e manter assessores e funcionários através de bons salários e outras vantagens. Para os altos e médios funcionários, o governador mandou construir casas, pois percebera que era rara a “a residência no Território [que] poderia ser escolhida para habitação de famílias acostumadas a relativo conforto”.

Cortada pela linha do Equador (portanto, situada no meio do mundo), Macapá, no início de 1944, ganhou o *status* de capital (em detrimento da escolha inicial, que recaía sobre o município de Amapá). Neste momento, no entanto, Macapá era uma vila de algumas centenas de habitantes, abalada pela crise da borracha amazônica do início do século XX (LOMBAERDE, 1987: 8). As construções realizadas pelo governo territorial trouxeram novo fôlego para a combalida economia macapaense. Arthur Miranda Bastos, que, como já ressaltamos, fora Diretor da Divisão de Produção, no livro *Uma excursão ao Amapá*, de 1947,

² Eram os seguintes serviços: Administração Geral, Informações, Industriais e Comissão de Abastecimento.

afirmou que o governo do Amapá tentou, logo que instalado, remover os sinais de decadência de Macapá, “construindo prédios novos para abrigar os funcionários da nova administração, limpando o mato das ruas e praças, comprando toneladas e mais toneladas de cimento, tijolos, telhas, madeiras, ferramentas, máquinas e tudo mais que seria preciso para transformar numa capital apresentável uma velha e atrasada cidade” (BASTOS, 1947: 6-7). A construção desta “*Macapá Moderna*” era apresentada como símbolo máximo da vitória do homem sobre a natureza aparentemente indomável. Segundo as prédicas do governo territorial, a ordem humana teria sobrepujado a natural e o homem, até então submisso aos humores da floresta, teria finalmente imposto a sua marca nestas paragens.

Em números arredondados, Speridião Faissol nos fornece uma síntese do vertiginoso crescimento populacional macapaense neste contexto: “a população de Macapá, que em 1940 era de 2 mil habitantes, foi crescendo para 10 mil em 1950, 25 mil em 1960 e para os seus atuais [1964] 40 mil”. Faissol afirma que este “*exagerado crescimento*” derivou da criação do Território Federal do Amapá e das ações do governo federal na região. As novas condições de vida e as oportunidades de trabalho existentes em Macapá foram o principal foco de atração das populações das ilhas paraenses vizinhas (FAISSOL, 1966: 26). Paraenses e nordestinos compuseram a maior parte da onda migratória que gerou este *boom* populacional. Entre 1944 e 1964, uma grande parcela destes novos moradores de Macapá reforçou o processo de *obreirização*. Isto significa dizer que eles foram absorvidos pelo crescente setor da construção civil. Não seria um exagero dizer que Macapá era nestes anos um grande canteiro de obras (BEZERRA, 2008: 21).

De um lado, apareciam as construções do governo; do outro, ocorria o levantamento de casas particulares para os que chegavam. O clero também colaborou neste processo, promovendo a construção de igrejas e demais prédios para a estruturação da diocese: igreja Nossa Senhora da Conceição (1950-1954); prédio da Sede da Prelazia de Macapá (1950-1960); prédio do Pensionato de São José de Macapá (1950-1960); capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (1958); Hospital São Camilo (1960-1965); igreja Nossa Senhora de Fátima (1963-1965); igreja São Benedito (1963-1964); igreja Sagrado Coração de Jesus (1964); capela São Pedro (1964); entre outros.

Em entrevista, Raimundo Nascimento afirmou que, em meado do século XX, “a principal atividade [em Macapá] era a construção civil” e que chegara a trabalhar neste setor.

O recrutamento para o trabalho poderia ocorrer através de indicações dos próprios trabalhadores. Isto reforçava laços de solidariedade construídos fora do mundo do trabalho. Joaquim Theofilo de Souza nos relatou em entrevista que foi indicado para uma vaga de carpinteiro pelo amigo “*Joaquim*”. Eloi Nunes (funcionário do governo) perguntou para este trabalhador se não conhecia pessoas que tivessem familiaridade com as matas que cercavam a cidade. Diante disto, o inquirido retrucou: “eu conheço”. Então, Eloi Nunes pediu “que ele mandasse esta pessoa comparecer cedo lá com ele”. Oito horas da manhã do dia seguinte, Joaquim Theofilo chegou ao local determinado e foi recebido por um rapaz que lhe fez a seguinte pergunta: “o senhor conhece madeira que dê para fazer um barraco para a olaria?”. Ao que o carpinteiro respondeu positivamente.

Relações de amizade e de parentesco muito facilitavam o acesso ao mercado formal de trabalho. Este mercado estava em expansão em Macapá. Porém, como argumentamos no primeiro capítulo, a população crescia num ritmo bem mais acelerado. Num contexto em que não havia vagas para todos, as redes sociais podiam favorecer a aquisição de um emprego. Ser especializado em algo também era de grande valia para o pleiteante, pois, deste modo, ele se distinguiu dos numerosos braçais (auxiliares sem especialização). Neste sentido, Joaquim Theofilo, além da vantagem de ter um xará que era chamado a fazer indicações, tinha o grande trunfo de ser carpinteiro e de saber (por experiência) identificar, na mata, madeiras utilizáveis na construção civil. Outros, como Alziro Alves de Souza, também conseguiram emprego graças a um *savoir faire* específico. No dia 28 de dezembro de 1951, Alziro chegou a Macapá e foi pedir emprego na Serraria Tupy (situada na Rua Candido Mendes). Meton Jucá (proprietário de tal serraria) respondeu que não havia serviço, pois era fim de ano e estava “tudo parado”. Mas, o migrante não se conformou — nem poderia, uma vez que não tinha meios de subsistência. Neste momento, um trabalhador passou carregando palhas e Alziro insistiu “dizendo que sabia cobrir casas e que podia ajudar o referido trabalhador no serviço que ia fazer, isto é, reparar a cobertura de um barracão contíguo à oficina”. Diante disto, Meton Jucá dissera que à uma hora da tarde daquele dia ele poderia iniciar o serviço (Arquivo do Fórum da Comarca de Macapá [doravante: AFCM], 1952a: 8-9).

Podemos perceber através da leitura de várias dezenas de processos criminais que, em geral, os carpinteiros eram analfabetos e tinham aprendido na prática (como ajudantes de pais, parentes e vizinhos) a ciência e a arte da construção de casas. Filho do habilidoso

carpinteiro Raimundo Gomes Bezerra, Amiraldo Bezerra relembra: “braços fortes erguiam as casas novas, como se o projeto lhes tivesse sido entregue por um grande arquiteto”. E este memorialista acrescenta: “tudo não ia além da competência natural daqueles operários da construção” (BEZERRA, 2008: 21-22). Mestres em seu ofício, carpinteiros, pedreiros e demais trabalhadores especializados eram muito requisitados. As técnicas de construção envolviam: a escolha da madeira; a correta manipulação das ferramentas; o planejamento da obra para o aproveitamento dos ventos e da luz solar, bem como para se evitar futuros embaraços com as chuvas torrenciais e com a constante umidade. Tais técnicas eram parte de uma tradição transmitida e aprimorada ao longo de muitas gerações. Esta transmissão fortalecia a identidade de classe, na medida em que os trabalhadores da construção podiam se reconhecer (também) por meio destes conhecimentos compartilhados.

Os laços afetivos de amizade e companheirismo dos trabalhadores eram tecidos no dia-a-dia, em diferentes ambientes. Um dos componentes fundamentais na formação da camaradagem entre os obreiros de Macapá era a convivência nos barracões. Nas proximidades de cada grande obra do governo, quase sempre um barraco de madeira era erguido, com a finalidade de abrigar temporariamente (o tempo da construção) os trabalhadores. Como afirmamos anteriormente, a convivência nestes locais não era nada fácil. Porém, mesmo assim, eles propiciavam o estabelecimento e o fortalecimento de vínculos de solidariedade (AFCM, 1946a; AFCM, 1946b; AFCM, 1949b: 6; AFCM. 1949c: 10). Era no diário compartilhamento de experiências e de bens que os trabalhadores-moradores dos barracões fortaleciam seus laços horizontais.

No processo de *obreirização*, a produção de matérias primas para a construção também passou a requerer um grande número de trabalhadores. As serrarias — estabelecimentos que forneciam madeiras trabalhadas (serradas e aplainadas) — multiplicaram-se e cresceram em tamanho e produção. Segundo dados do Serviço de Geografia e Estatística do Território Federal do Amapá, a indústria extrativa territorial produziu (em números arredondados) 613 toneladas de madeira em 1948. Em 1952, esta produção já havia subido para 1.644 toneladas. E no ano de 1958, atingia-se a marca de 3.630 toneladas. Neste ano, Macapá já era o município com maior produção madeireira do

Território (posição antes ocupada por Mazagão).³ As serrarias situadas na capital concentravam-se na doca da Fortaleza. Seus proprietários compravam madeira de regatões, que encontraram nesta venda um negócio muito promissor (COSTA, 2008: 148-149). Outras serrarias situavam-se próximas às áreas de extração madeireira e, portanto, dispensavam os atravessadores. Os serradores de madeira do Amapá trabalhavam num regime desgastante e insalubre. As pesadas toras eram carregadas por eles várias vezes ao dia (em alguns lugares eram retiradas de dentro do rio). Nestas serrarias, alguns trabalhadores tiveram dedos decepados, devido à falta absoluta de medidas de prevenção de acidentes (BEZERRA, 2008: 178).

A situação dos trabalhadores da Olaria Territorial não era menos dramática. A Olaria fazia parte dos Serviços Industriais do governo territorial. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, o preço dos materiais de construção foi catapultado. Em 1944, um milheiro de tijolos custava 550 cruzeiros no Estado do Pará. Com as despesas de transporte para a capital do Amapá, este custo chegava a mil cruzeiros. Constatando haver matéria prima de excelente qualidade dentro do município de Macapá, o governo amapaense resolveu criar a uma olaria local, à qual foi associada uma mosaicaria — que produzia pedras de marmorite e mosaicos decorados para o revestimento de pisos e paredes (NUNES, 1946: 127). Além de tijolos, telhas (francesas, holandesas e convexas), tubos, marmorites e mosaicos, saíam desta fábrica: filtros, potes, moringas, alguidares de diversos tamanhos, panelas e jarros — que poderiam ser comprados por o quem os desejasse.

Decorridos cinco anos de sua criação (e depois de passar por sucessivas ampliações), a Olaria Territorial era capaz de produzir mais de 80 mil peças por mês. Havia 4 fornos de queima — um com capacidade de receber 42 mil peças, outro 20 mil e os dois menores 10 mil peças cada (GTFA, 1949a: 4). Então estava em construção um grande forno semicontínuo, capaz de secar 80 mil peças de uma só vez. Apesar de atender a encomendas de particulares, o principal destino da produção desta olaria eram as obras governamentais. Os trabalhadores eram contratados como diaristas ou tarefeiros. Organizados em turmas de cerca de 30 homens (comandados por capatazes), os tarefeiros ganhavam por produção e eram responsáveis pelo fornecimento de lenha (para os fornos) e de barro. Os diaristas trabalhavam no espaço interno

³ Parte considerável desta produção era exportada. Os dados que dispomos sugerem que o volume exportado oscilava em torno de 50% da produção amapaense. Mas, isto não põe em xeque o argumento que estamos apresentando: a crescente oferta de madeira para o mercado consumidor interno.

da fábrica, ou seja, na moldagem e queimação das peças. Segundo o articulista do jornal *Amapá*, estes operários, graças à assistência que o governo lhes dava, sentiam-se “estimulados, produzindo para o Governo e para si próprios, concretizando portanto as aspirações do povo [...]” (GTFA, 1949b: 5). Esta imagem de trabalhadores “estimulados” contrastava com os baixíssimos salários recebidos na Olaria.⁴ Contrastava também com pesada e demorada jornada de trabalho, que era cotidianamente enfrentada. Joaquim Theofilo foi um dos primeiros trabalhadores da queimação de tijolos. A este respeito, ele nos relatou:

comecei a trabalhar [na construção da Olaria]: cobrimos tudo, fizemos as prateleiras. Chegaram as máquinas. Veio um senhor lá do Ceará explicar como se fazia. Comecei a queimar tijolo — nunca tinha feito isto. Mas, queimei bem, graças a Deus, e fiquei lá trabalhando. Mas, depois chegou o irmão dele [do cearense], que era bacharel em direito. Este irmão dele era enjoado... Era péssimo. Ele começou a exigir coisas impossíveis. Começamos a queimar muito tijolo. Eu tinha três dias de folga. Mas, ele achou que eu devia trabalhar [mais]. E eu dizia: “eu não posso trabalhar, pois eu saí agora, eu não aguento não, e o seu Moacir me deu três dias de folga, em tempo corrido”. Mas, ele replicou: “aqui quem manda sou eu”. E eu respondi: “mas eu não vou trabalhar”. Peguei minhas coisas todas, minhas roupas e vim embora. Depois o Ceará chegou e ele disse que eu tinha saído porque eu não queria trabalhar. Ele cortou o meu ponto. Depois tinha uma lista de 30 despedidos e ele me incluiu no meio. Mas, eu disse: “eu vou embora, eu não vou morrer”.

É provável que esta convicção de que a perda do emprego não significava a morte adviesse da consciência de poder contar com a solidariedade comunitária e com outras táticas de sobrevivência. Desprende-se também deste relato o acirramento da exploração do tempo e da energia dos trabalhadores. Graças a um inquérito policial sobre um incêndio ocorrido em um pavilhão da Olaria, pudemos conhecer um pouco mais sobre a exaustiva rotina de trabalho neste lugar tão importante para a urbanização macapaense. O sinistro aconteceu na madrugada do dia 12 de janeiro de 1949, a partir de um dos fornos de queimação de material cerâmico. O braçal Alfredo Braga (paraense de 27 anos) disse a autoridade policial que trabalhava havia onze meses na Olaria e que iniciara o trabalho às 19 horas do dia anterior. Ele esclareceu que

⁴ No dia 21 de maio de 1952, o rebarbador de telhas da Olaria José Zimar dos Santos, em depoimento dado numa delegacia de Macapá, afirmou que percebia Cr\$ 11,00 por milheiro de telha rebarbada, “sendo [portanto] diminuto o seu salário neste mister”. Nestes mesmos autos consta o depoimento de Antonio Pinheiro da Silva, que trabalhava na Olaria desde que chegara a Macapá (havia mais de dois anos que viera de Breves-PA). Antonio Pinheiro da Silva declarou que confeccionava telhas, “sendo muito pequeno o seu salário nesse serviço” (AFCM, 1952b: 4-5.).

não pôde deixar seu posto no horário previsto (meia noite) porque seu substituto não compareceu e que as duas da madrugada, quando arrumava a lenha para abastecer a caieira onde os tijolos eram queimados, ele e seu companheiro Arquilau Gomes notaram que as tesouras da cobertura pegavam fogo. Disse ainda que eles deram o alarde e o forneiro Pedro Silva (cearense de 23 anos) — “que iniciava o trabalho às 4 da tarde e largava às 8 da manhã” — imediatamente pediu que providenciassem água; mas, nada saía das torneiras naquela hora (AFCM, 1949a: 6).

Em seu depoimento, o braçal Arquilau Gomes de Oliveira (paraense de 21 anos e residente na margem direita do igarapé da Fortaleza) informou que trabalhava na Olaria havia 5 meses e que iniciara o trabalho às 19 h. do dia 11 de janeiro, devendo deixá-lo às 8 horas da manhã do dia seguinte. Disse que acabara de arrumar a lenha diante da caieira, quando iniciara o incêndio e que o fogo rapidamente se alastrou devido a falta de água e a alta temperatura. Arquilau lembrou que vira o capataz Eneas recomendar a Pedro Silva que cessasse de abastecer a fornalha à meia noite; entretanto, quando iniciou o incêndio, os trabalhadores ainda abasteciam a caieira. O capataz Eneas da Silva Luz (amapaense de 25 anos, residente no bairro do Trem) depôs que havia 8 meses que se tornara capataz da Olaria, “sendo sua atribuição fiscalizar os trabalhadores incumbidos do serviço de queimação de tijolos e telhas, isto durante o dia, pois, a turma da noite é fiscalizada pelo capataz Pedro de Castro Silva”. Silva Luz confirmou que quando deixou o serviço, pelas 18 horas, conversou com Pedro Silva e recomendou a este que cessasse de abastecer a caieira por volta de meia noite, posto que o tijolo que estava aí dentro já estaria queimado a esta hora — o que era somente uma opinião, pois competia a Pedro controlar o serviço noturno (AFCM, 1949a: 8-9).

Pelo exposto, podemos perceber que as jornadas de trabalho dos diaristas eram elásticas e poderiam se estender por mais de 12 horas. A produção continuava noite adentro e temos a impressão de que esta “usina de trabalho” não parava um só instante. Os tarefeiros também eram submetidos a um regime estafante. No dia 21 de setembro de 1949, o capataz Raimundo Pereira Duarte agrediu o sub-administrador Manoel de Freitas, no escritório da Olaria Territorial. A causa da agressão foi o fato deste superior hierárquico ter feito alusões ofensivas à reputação de Pereira Duarte e dos demais trabalhadores do serviço de extração de barro. Em seu depoimento para o inquérito policial (de 26 de setembro), Manoel de Freitas asseverou que havia algum tempo vinha notando que as entregas do barro estavam ocorrendo

de forma irregular, pois a metragem apresentada não vinha correspondendo ao que era normalmente observado, “burlando-se assim a direção da Olaria”. O carpinteiro Sebastião Pantoja depôs a autoridade policial que, no dia da agressão, Manoel de Freitas lhe inquiriu sobre uma canoa de barro. Sebastião declarou que então respondera ter a canoa chegado na noite anterior, ao que o sub-administrador comentara: “que era isso que queria saber, pois ali andava um bando de ladrões” e acrescentou “que ia acabar com aquilo” (AFCM, 1949d: 2-9).

Em 18 de julho de 1951, Pereira Duarte declarou em juízo: que o ocorrido se deu na parte reservada à prateleira de tijolos, no primeiro andar da Olaria Territorial, “que o culpado pela situação foi a vítima porque estando êle [Raimundo] com diversos companheiros seus na parte de fora da Fortaleza, retirando barros para telhas e tijolos porque houvessem demorado nêsse serviço bruto até as duas horas da tarde, sem haverem tomado um simples café” e que “tendo saído às três horas da manhã da Olaria, Manoel de Freitas sem procurar saber a causa de sua demora, começou a distratá-lo e aos demais trabalhadores, chamando-os de ladrões e outras cousas mais”. Duarte acrescentou que o inquérito da Secretaria Geral do Território constatou que a quantidade de barro por ele apresentada ao sub-administrador era maior que a exigida, “donde [pôde] voltar êle ao emprêgo do qual havia sido imediatamente despedido” (AFCM, 1949d: 21). O acusado, diante das arbitrariedades de um superior que queria imputar-lhe a infamante pecha de “*ladrão*”, optou por defender a todo custo a sua honra de trabalhador honesto e laborioso. Ele também reconheceu que não se tratava de uma ofensa pessoal, pois a acusação se estendia a sua turma. A condição de capataz não obliterou nele a camaradagem dos de baixo. Até porque, como pudemos perceber, capatazes e trabalhadores comuns não eram vistos como portadores de direitos (trabalhistas) e, conseqüentemente, o nível de exploração de suas forças poderia oscilar inopinadamente ao sabor dos caprichos de administradores autoritários.

A insegurança estrutural era vivida dentro e fora dos mundos do trabalho. Na cidade de Macapá, estes mundos eram constituídos e impactados pelo rápido crescimento populacional e pelo amplo processo de *obreirização*. No compartilhamento de conhecimentos durante o labor cotidiano, no enfrentamento dos dilemas em torno da sobrevivência e no embate com as forças opressoras do regime de produção, forjava-se o sentimento de pertencimento a uma classe. Os construtores da “*Macapá moderna*” ergueram uma cidade que lhes era negada (total ou parcialmente). Dentro e fora do sistema produtivo, estes

trabalhadores não eram vistos como portadores de direitos definitivos. E mesmo aquilo que um dia sonharam que era direito, repentinamente podia ser tomado ou transformado em algo sujeito ao cumprimento de certas exigências ou condições. Era na experiência de embate com as incertezas (ameaças de expropriação dos seus meios de subsistência) da vida urbana que homens e mulheres da “*Macapá suburbana*” podiam se reconhecer como parte de uma comunidade.

FONTES

Processos Judiciais

- AFCM. Caixa 227, processo nº 116, de 02 de outubro 1946a.
- AFCM. Caixa 227, processo nº 85, de 18 de maio de 1946b.
- AFCM. Caixa 304, processo nº 876SN, de 12 de janeiro de 1949a, fl. 6
- AFCM. Caixa 299, processo nº 278A, de 02 de abril 1949b.
- AFCM. Caixa 304, processo nº 386, de 21 de novembro de 1949c.
- AFCM. Caixa 275, processo nº 380, de 17 de dezembro de 1949d.
- AFCM. Caixa 264, processo nº 1401SN, de 04 de janeiro de 1952a.
- AFCM. Caixa 272, processo [diligências policiais] nº 973, de 21 de maio de 1952b.

Artigos de jornais

- GTFA. O Governador Janary Nunes e sua permanência no Rio de Janeiro (do correspondente no Rio de Janeiro). **Amapá**. Nº 04, 14 de abril de 1945, p. 01.
- GTFA. A Olaria Territorial. **Amapá**. Nº 230, de 06 de agosto de 1949a, p. 4.
- GTFA. A Olaria Territorial e sua contribuição ao programa de realizações do Govêrno. **Amapá**. Nº 235, de 13 de setembro de 1949b (3ª seção), p. 5.
- GTFA. Oito anos de batalha territorial [Editorial]. **Amapá**. N. 358 (1ª seção), de 25 de janeiro de 1952, p. 1.

Depoentes

Joaquim Theófilo de Souza (1919). Entrevistado no dia 8 de maio de 2008. Faz parte da comunidade negra do Laguinho. Trabalhou na agricultura, no extrativismo e na construção civil em Macapá. É hábil artesão (fabricador de caixas de Marabaixo).

Raimundo Clementino Nascimento (1925). Entrevistado — pelos pesquisadores Kleison Alves e Thainara Angelim para o Projeto Banco de História Oral (PROBHO) da UNIFAP — no dia 01 de março de 2011. Trabalhou na Olaria Territorial quando tinha, aproximadamente, entre 20 e 22 anos de idade.

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, A. de Miranda. 1947. **Uma excursão ao Amapá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

CABREIRA, Márcia Maria. 1996. **Vargas e o rearranjo espacial do Brasil: a Amazônia brasileira — um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, defendida na USP.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia. 2008. **Na ilhargá da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá (1945-1970)**. Belém: Açáí.

D'ARAÚJO, Maria Celina. 1992. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. N. 19, jun., p. 40-55.

FAISSOL, Speridião. 1966. **Atlas do Amapá**. Rio de Janeiro: Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá e Conselho Nacional de Geografia (IBGE).

FISCHER, Brodwyn. 2006. Direitos por lei ou leis por direito? Pobreza e ambiguidade legal no Estado Novo. In: LARA, Sílvia Hunold e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, p. 417-456.

FREITAS, A. Teixeira de. 1941. A redivisão política do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 3, nº 3, de junho a setembro, p. 533-554.

LENHARO, Alcir. 1986. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP.

LOMBAERDE, Padre Júlio Maria. 1987. **Macapá: sua história desde a fundação até hoje**. (Mimeo), Macapá.

MEDEIROS, Océlio. 1944. **Territórios Federais**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito.

MELLO, João Manuel Cardoso de e NOVAIS, Fernando A. 1998. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, p. 559-658.

NUNES, Janary. 1946. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

NUNES, Osório. 1950. **Introdução ao Estudo da Amazônia brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra.

ROLIM, Rivail Carvalho. 2006. Culpabilização da pobreza no pensamento jurídico-penal brasileiro em meados do século XX. In: KOERNER, Andrei (org.). **História da justiça penal no Brasil: pesquisas e análises**. São Paulo: IBCCRIM, p. 177-202.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). s/d. **Estado Novo, um auto-retrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: UNB.

VIANA, João Segadas. 1940. Divisão territorial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 2, nº 3, de julho, p. 372-406.